



ENSAIO SOBRE A CIDADE: CONCEITO, DEFINIÇÃO, HIERARQUIA E PRODUÇÃO ESPACIAL

ESSAY ON THE CITY: CONCEPT, DEFINITION, HIERARCHY AND SPATIAL PRODUCTION

Natanael Silva Ribeiro – UFT – Porto Nacional – Tocantins – Brasil
natan_n2@hotmail.com

Roberto de Souza Santos – UFT – Porto Nacional – Tocantins – Brasil
robertosantos@mail.uft.edu.br

RESUMO

O presente trabalho se constitui num ensaio sobre a cidade, elaborado através de revisão bibliográfica, trazendo reverberações a cerca do conceito, definição, hierarquia e produção espacial, visando contribuir com a ciência geográfica no âmbito da geografia urbana, pois tais discussões se consolidam como uma das principais abordagens da geografia. Desta maneira, discutir a respeito da formação das cidades, dos centros urbanos, nos proporciona margem para abordar, entre outros, seu conceito, os limiares que podem vir a auxiliar na definição dessas como tal e, ainda, diferenciá-las das outras aglomerações humanas, possibilitando acrescenta-lhes adjetivos que estão diretamente ligados ao nível de hierarquia na rede urbana e/ou ao seu dinamismo. Para isto, o objetivo principal deste trabalho consiste em levantar reverberações sobre a cidade na abrangência de conceito, definição, hierarquia e produção espacial. Os específicos se desdobram em contextualizar sobre a utilização do termo cidade e urbano na contemporaneidade; apontar as velhas e novas hierarquias urbanas que as destiguem entre si, frente ao seu movimento, enquanto objeto, sendo possuidora de diverso dinamismo e complexidade e; destacar a cidade como objeto de difícil apreensão pelos próprios agentes de produção espacial, enquanto constituintes dessa mesma cidade, diante as formas geográficas que a compõe.

Palavras-chave: Geografia urbana, Cidade e urbano, Produção espacial.

ABSTRACT

The present work is an essay about the city, elaborated through bibliographic review, bringing reverberations about the concept, definition, hierarchy and spatial production, aiming to contribute with the geographic science in the scope of urban geography, as these discussions are consolidated as one of the main approaches of geography. In this way, the discussion about the formation of cities, of urban centres, gives us room to approach, among others, their concept, the thresholds that can help to define them as such, and also to differentiate them from other human agglomerations, allowing to add adjectives that are directly linked to the level of hierarchy in the urban network and/or to their dynamism. For this, the main objective of this work is to raise reverberations on the city in the scope of

concept, definition, hierarchy and spatial production. The specific ones unfold in contextualizing the use of the term city and urban in contemporaneity; point out the old and new urban hierarchies that distinguish them from each other, facing its movement, as an object, being possessed of diverse dynamism and complexity and; highlight the city as an object of difficult apprehension by the production agents themselves, while constituents of this same city, facing the geographical forms that compose it.

Keywords: Urban geography, City and urban, Spatial production.

INTRODUÇÃO

Discutir a respeito da formação das cidades, dos centros urbanos, nos proporciona margem para abordar, entre outros, seu conceito, os limiares que podem vir a auxiliar na definição dessas como tal e, ainda, diferenciá-las das outras aglomerações humanas, possibilitando acrescenta-lhes adjetivos que estão diretamente ligados ao nível de hierarquia na rede urbana e/ou ao seu dinamismo. Tais discussões se consolidaram como uma das abordagens clássicas da geografia, afirma Endlich (2009), principalmente no âmbito da geografia urbana.

As cidades se contituem no espaço geográfico, o que para Castillo e Frederico (2011) constitui-se como espaço híbrido, formado por um conjunto de formas naturais e artificiais, articuladas ou não, que oferece abrigo, resistência, perigo, separa e unifica em junção a um conjunto de normas. Tal apontamento conflui e situa-se no conceito geográfico de espaço apontado por Santos (2014, p. 78) como “[...] um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos [...]”, que compõe “um sistema de realidade [...], um sistema formado pelas coisas e a vida que as anima, supõe uma legalidade: uma estruturação e uma lei de funcionamento” (SANTOS, 2014, p. 29).

Para Lefebvre (2001), a cidade nos últimos tempos assumiu o papel de grande laboratório, com uma significativa manifestação de fenômenos que levam a reflexão teórica, para a ação e imaginação.

Com isso, por meio deste ensaio pretendemos levantar reverberações sobre a cidade na abrangência de conceito, definição, hierarquia e produção espacial. Partindo dessa reflexão, buscou-se contextualizar sobre a utilização do termo cidade e urbano na contemporaneidade; apontar as velhas e novas hierarquias urbanas que as destiguem entre si, frente ao seu movimento, enquanto objeto, sendo possuidora de diverso dinamismo e complexidade e; destacar a cidade como objeto de difícil apreensão pelos

próprios agentes de produção, enquanto constituintes dessa mesma cidade, diante as formas geográficas que a compõe.

Para isso, este trabalho foi elaborado através de uma revisão bibliográfica visando alcançar os objetivos delimitados. Desta maneira, possui bastante influência do trabalho de Lencioni (2008) intitulado “Observações sobre o conceito de cidade e urbano”, que objetivou trazer as conceituações de cidade e urbano para situá-las nas abordagens teóricas. Assim, almejamos que este ensaio não atue como uma atualização, mas sim, como complemento ao relevante trabalho de Lencioni.

A CONCEITUAÇÃO E A PALAVRA CIDADE

Antes de tudo, o conceito é uma simplificação do real e, simultaneamente, uma generalização. Esse serve para a compreensão da essência de objeto, fenômenos e leis, e por esta razão, constitui-se como instrumento de conhecimento e pesquisa e mesmo não sendo únicos, deve ser considerado em suma como referências teóricas (LENCIONI, 2008).

Pensar a cidade, seja ela antiga ou contemporânea, pode nos levar a diversas reflexões que variam dependendo do ponto de partida dos questionamentos levantados. Por exemplo, segundo Lencioni (2008), a discussão em torno do conceito de cidade nos remete a várias ideias de cidade, como a cidade grega, a cidade colonial brasileira ou a grande cidade contemporânea de São Paulo.

Essas são formadas em diversos contextos e períodos históricos distintos, da antiguidade à contemporaneidade, o que nos induz a percepção à perpetuação da palavra cidade ao longo do tempo. No dicionário de português contemporâneo, organizado por Borba et. al. (2011), conceitua-se a cidade, entre outras, como povoação que é sede municipal; Para Bastos (2016), cidade é local de povoação de primeira categoria em um país. Em ambos, enfatiza-se a povoação. A palavra cidade atravessa os séculos sem alteração, mas como objeto está em movimento contínuo. Isto para Lencioni (2008) torna o seu conceito, demasiadamente, obscuro, pois abrange cidades pequenas, médias e grandes.

Desta forma, evidencia-se que as cidades existem desde os tempos remotos, entretanto, há marco histórico que trouxeram novos impulsos para expansão e formação

das cidades, por exemplo, na Europa e América do Norte, tem-se a primeira revolução industrial como marco que trouxe novo modo nas formações das cidades e aglomerados urbanos. De acordo Sposito (2017), na Inglaterra e nos Estados Unidos, na pós-primeira revolução industrial no século XIX, as indústrias se localizavam no entorno das minas de carvão e em sua proximidade se constituíam os aglomerados urbanos.

O elemento que atuou na redefinição espacial figura-se na busca de maiores e melhores condições sanitárias, protagonizado pela elite. Tal dinâmica resultava em cidades que as indústrias e moradias se encontravam numa mesma parcela do território (SPOSITO, 2017). No caso do Brasil, a autora aponta um grande marco para compreender a expansão territorial da cidade:

No caso brasileiro, o grande marco para se compreender as formas de expansão territorial da cidade e as lógicas de estruturação de seus espaços foi a promulgação da lei de terras (Lei 601, de 18 de Setembro de 1850). Antes não havia o princípio jurídico sobre a propriedade privada (SPOSITO, 2017, p. 80).

A cidade brasileira, no princípio, era uma emanção longínqua de poder, objetivando marcar presença num país, que para o momento, se fazia distante. Atualmente, a cidade se torna palco de conflitos crescentes e, concomitantemente, torna-se lugar geográfico e político (SANTOS, 1993).

Ou seja, a cidade se constitui no espaço geográfico como detentora de uma complexa diversidade de característica que são passíveis de serem abordados em diferentes contextos pelas mais variadas ciências. Segundo Bernardi (2009, tradução nossa), conformada no espaço geográfico, a cidade se apresenta como um espaço dinâmico e, simultaneamente, complexo, com funções, habitantes e atividades bastante diversas.

Ainda, contemporaneamente, há uma confusão em relação à utilização do termo urbano e cidade, tratando o primeiro como sendo o segundo. Os serviços prestados na cidade são exemplificações claras dessa forma de tratamento, como, o transporte urbano, o policiamento urbano, etc, referindo-se aos serviços que nela são realizados. Gramaticalmente, tem-se a cidade como objeto, palavra essa que se constitui como substantivo. Por outro lado, urbano é fenômeno, logo, configura-se como adjetivo então

o que ocorre nos dias atuais, sobre a forma de abordagem do fenômeno como objeto, segundo Lencioni (2008), decorre da caracterização de urbano que se tornou o termo principal, ou seja, urbano deixou de ser adjetivo e, com isso, o que ocorre é a substantivação do adjetivo. Em sentido abstrato se utiliza a denominação vida urbana, remetendo-se a cidade (BORBA et. al. 2011).

A cidade e o urbano são, respectivamente, objeto e fenômeno, onde o segundo age sobre o primeiro, gerando movimento em um processo que proporcionando a expansão do conteúdo da cidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEFINIÇÃO DA CIDADE E O NÍVEL HIERÁRQUICO

Seguindo dentro do critério da dúvida pode-se questionar como as cidades se constituem? Há vários critérios que podem ser adotados para definir a cidade – de maneira geral –, como: administrativos, funcionais, legais e numéricos, que pode levar a diversas definições a partir do critério adotado (BERNARDI, 2009, tradução nossa). A seguir, na tabela 1 serão elencados alguns países, de diversos continentes, que utilizam critérios numéricos, relacionados à estatística para a formação da cidade.

Tabela 1 – Países que utilizam critérios numérico-estatísticos para constituição da cidade

Países	Aglomerados a partir de (n) habitantes
Japão	20.000
Espanha e Grécia	10.000
Estados Unidos e China	2.500
Dinamarca, Finlândia e Suécia	200

Fonte: Bernardi (2009); Organizado pelos autores (2023).

Para Lencioni (2008), os elementos que podem vir a definir a cidade brasileira, são: aglomeração (pessoas e habitações), sedentarismo (fixação por longo tempo), mercado

(locais de troca) e administração pública. Contudo, este último, por vezes, já se caracteriza como força suficiente para se constituir a cidade.

Dentro do sistema de hierarquização, Speredião Faissol (1994, apud SANTOS e SILVEIRA, 2006) categorizava o nível hierárquico urbano brasileiro em três sistemas: sistema metropolitano, sistema de cidades médias e sistema de cidades pequenas.

As metrópoles são caracterizadas por seu expressivo quantitativo populacional, sendo a partir de 500 mil habitantes. Entranto, Fresca (2017) aponta que através da natureza conceitual da metrópole, essa está vinculada ao poder econômico advindo de diversas atividades, que historicamente passa pelo comércio regional, pela indústria e pelo sistema financeiro. Destarte, no decorrer do tempo, as metrópoles se tornam as sedes econômicas, diante das facilidades dos contatos interorganizacionais, consultorias, serviços comerciais, informação e acessibilidade.

Já a cidade média, segundo Vieira, Roma e Miyazaki (2020), possui uma definição um tanto polêmica e controversa. Pois, primeiramente, o critério mais utilizado é o demográfico, não havendo um quantitativo exato ou para tal definição, sendo dentro de uma demografia entre 50 a 250 mil ou entre 100 a 500 mil habitantes. O segundo critério se dá na relevância regional, verificando as suas relações com as cidades do entorno, com as suas semelhantes e com as metrópoles. Além disso, a sua capacidade de oferecer serviços, empregos e de arrecadação de investimentos, entre outros. Com isso, essas cidades exercem influência, fazendo com que os fluxos deixem de procurar as metrópoles, tornando-se centros intermediários. De acordo com Santos (1993), as cidades médias, há uns três ou quatro decênios eram as que tinham cerca de 20 mil habitantes.

Para a cidade pequena, de acordo com Oliveira (2006), não existe uma definição absoluta, mas há alguns pontos que podem ser considerados com um grande esforço. Para isso, o autor elenca quatro pontos, sendo em síntese: pouca articulação com cidades vizinhas; trabalhos predominantemente ligados aos serviços públicos; baixa capacidade no oferecimento de serviços, incluindo os mais básicos, como educação, saúde e segurança; e atividades caracterizadas como rurais.

Segundo Padinha (2010), a maioria das cidades brasileiras corresponde às cidades pequenas e devido a esse expressivo quantitativo, os estudos desses lugares pouco avançaram tanto do ponto de vista empírico, quanto em nível teórico. Uma das tendências dos estudos sobre essas cidades se dão em torno da sua definição como cidade pequena.

Para o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia – IBGE (2020), de acordo com as informações da Região de Influência das Cidades – REGIC, a divisão hierárquica das cidades atualmente possuem cinco níveis: Metrôpoles, Capitais Regionais, Centro Sub-Regionais, Centro de Zona e Centros Locais. A hierarquia urbana indica a centralidade da cidade, relacionando força de atração sob a população de outros centros urbanos, na busca de bens e serviços.

Porém, sinaliza-se que se deve atentar para a realidade da área pesquisada, como adverte Endlich (2016), quando enfatiza o caso dos Estados Unidos, que possuem como cidades pequenas, centros urbanos com até 100 mil habitantes. Para Endlich (2009); Santos (1979), a conceituação e classificação das cidades na rede consistem em uma tarefa comparativa.

As pesquisas de Endlich (2009), na região noroeste do Paraná, consideraram-se pontos tidos como importantes para realizar as comparações, dentro do dinamismo e complexidade, sendo, por exemplo, as funções econômicas da cidade, terceirização, número de estabelecimentos, fator fundiário e por fim o fator demográfico, que refletiam os impactos positivos e negativos desses pontos tidos como relevantes.

Retomando rapidamente a pensar a palavra cidade, que atravessou os séculos, mas como objeto está sempre em movimento e com mudanças constantes, atualmente, a palavra cidade vem receber adjetivos, para além de suas características, como pequena, média ou grande, sendo agora, também, ligados às suas funções e dinâmicas econômicas, como cidade portuária, da soja, do abacaxi, do boi, etc. possibilitando definir a atuação da cidade capitalista contemporânea.

OS AGENTES SOCIAIS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO: A DIFÍCIL APREENSÃO DA CIDADE

A cidade contemporânea pertence ao capital, e os agentes produtores do espaço, criam, organizam e reorganiza o espaço urbano capitalista, fragmentado, articulado, cheio de símbolos, resultante de ações acumuladas no tempo e que ao mesmo tempo, é campo de luta (CORRÊA, 2004). Com isso, as formas geográficas se apresentam de maneira mais ou menos funcional à difusão do capital (CASTILLO; FREDERICO, 2011), transformando a espacialidade humana por meio de processos espaciais, sendo detentora e criadora de formas e interações espaciais (CORRÊA, 2016).

Os agentes sociais de produção do espaço urbano são: 1) os proprietários dos meios de produção, sobretudo as grandes indústrias; 2) proprietários fundiários; 3) promotores imobiliários; 4) o Estado e; 5) os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 2004). Esses agentes sociais atuam de maneira diferente na organização espacial da cidade. Por exemplo, os proprietários fundiários podem atuar na criação de bairros seletivos, por outro lado, os agentes sociais excluídos modelam o espaço quando produzem às favelas, em terrenos públicos ou não, concomitantemente, este ato se configura como resistência e estratégia de sobrevivência.

Porém, apesar da abordagem conceitual existente para definição e conceituação das cidades e sua produção espacial, em diálogos comuns há uma dificuldade de elaborar uma resposta concisa sobre o que realmente é a cidade, e o que ocorre é a predominância das formas e também do caos. Segundo Carlos (2013), em meio a exercícios que buscam pensar a cidade, procurando responder o que é a cidade, tem-se, majoritariamente, repostas como ruas, prédios, carros e multidões. Tudo isso vem do plano imediato, perceptível, concreto e visível, da forma ao caos, transformando-a num objeto aparentemente distante, diante do emaranhado de “coisas”, tornando-a algo difícil de ser apreendido.

Diante disso, percebe-se que o cidadão que ajuda a construir a cidade, que a constitui, que a vivencia e dela faz parte não a reconhece, não consegue apreende-la de maneira conceitual e nem sentimental, somente por meio da sobreposição das formas e do caos existente, onde esse último encontra-se intrínseco a cidade como objeto e ao ser humano, tanto como sujeito quanto como “coisa”. Desta forma, Carlos (2013, p. 12) afirma:

As catedrais, apesar de construídas pelo homem, pertencem a Deus; já as cidades de hoje, pertencem ao capital. Para usufruir da primeira é necessária a subjugação a Deus, seguir seus mandamentos. No caso da cidade é a subjugação do homem às necessidades de reprodução do capital; onde o homem se vê capturado pelas necessidades de consumo e lazer.

As cidades emanam, em favor do capital, a essencialidade do trabalho numa localidade que a primeira vista aparenta ser capaz de atender toda a demanda empregatícia para a população, para manter vivo a sensação necessária de estar participando ativamente do consumismo, seja de bens ou serviços. Ou seja, para Bernardi (2009, p. 3, tradução nossa), “[...] o espaço urbano passa a ser promessa, promessa de uma vida melhor, de desejos que podem se cumprir, de sonhos para milhares de pessoas”.

Perante questionamentos sobre o que as pessoas mais buscam nas cidades – principalmente, no âmbito das grandes cidades –, se essas buscas estão relacionadas ao conforto, segurança e acesso culturais, Carlos (2013) enfatiza que no caso do Brasil, em primeiro lugar, os processos migratórios, destinam-se à busca de trabalho e de uma vida digna. Em segundo lugar, as cidades brasileiras são produzidas sob uma base de desenvolvimento econômico com um vasto déficit habitacional e com redução gradativa dos investimentos em educação, fatores que refletem direta e indiretamente no padrão de qualidade de vida.

Esses fatores que refletem na qualidade de vida atenuam o índice populacional e demográfico das cidades grandes e auxiliam no crescimento das cidades pequenas e médias. “A população urbana de aglomerações com mais de 20 mil habitantes cresce mais depressa do que a população total e a população urbana do país, e o mesmo fenômeno também se verifica em escala regional” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 205). Padinha (2010) aponta que a concentração urbana nas grandes cidades brasileiras em meados da década de 1980 e ao longo da década de 1990, acarretou numa série de acontecimentos, como o aumento do custo de vida, dos preços dos terrenos, redução da oferta de empregos que exigem baixa qualificação, entre outros. Resumindo-se na macrocefalia urbana, abordada por Santos (2008). Isso impulsionou os fluxos populacionais das grandes cidades para cidades médias e pequenas (PADINHA, 2010).

Com isso, tais acontecimentos constituem e decorrem de um conjunto de fatores que desde o final século XX auxiliam para crescimento populacional das cidades médias e pequenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio possibilitou realizar, mesmo que de maneira breve, reflexões e abordagens sobre a cidade, objeto bastante discutido na ciência geográfica, principalmente, na geografia urbana. Trouxe à luz da discussão, primeiramente, a conceituação e a palavra cidade que se evidenciou como uma palavra secular e, ao mesmo tempo, obscura por possuir ampla abrangência. Também, abordou-se a confusão na utilização do termo urbano como sendo cidade, assim, apontando que isso é resultante da substantivação do adjetivo, ou seja, urbano se tornou o termo principal.

Logo, para a definição das cidades, destacou-se que há diversos elementos utilizados para tal ação, que vão de critérios administrativos aos funcionais e numéricos. Destacou-se que alguns países do continente europeu, asiático e norte-americano utilizam de critérios numérico-estatísticos para definir a cidade. Por outro lado, no Brasil há um conjunto de elementos, que são: aglomeração, sedentarismo, mercado e poder público.

Em nível hierárquico urbano apontamos velhas e novas caracterizações do sistema, onde no passado se dividia em três níveis: metropolitano, cidades médias e cidades pequenas. Posteriormente, passou a ser cinco: Metrópoles, Capitais Regionais, Centro Sub-Regionais, Centro de Zona e Centros Locais. Além de ressaltar as novas conceituações que a cidade vem recebendo na junção a um adjetivo, onde esse está relacionado ao seu dinamismo e função. Com isso, sinalizou-se que para realizar tal conceituação e/ou classificação, faz-se necessário se atentar para a realidade da área pesquisada.

Enfatizou-se, também, a dificuldade de abstração da cidade no âmbito conceitual e sentimental, onde o que prevalece são apenas as formas e caos, advindo do palpável e do visível. Na oportunidade, ainda, contextualizamos sobre os agentes sociais de

produção espacial, que são imanentes à cidade, responsáveis por organizar e reorganizar o conteúdo urbano.

Com isso, trouxemos neste ensaio uma pequena parte da discussão geográfica que envolve a cidade no âmbito da conceituação, definição, hierarquia e produção espacial, assinalando pequenos caminhos que possam ser seguidos, observados, pesquisados e aprofundados cientificamente, assim, avançando ainda mais a produção da geografia urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDI, R. S. La ciudad y la urbanizacion. **Estudios Historicos**. Uruguay, n. 2, p. 1-14, ago. 2009.

BASTOS, R. S. **Minidicionário da língua portuguesa**. 1ª ed. Caxias do Sul: Culturama, 2016.

BORBA, F. S. et. al. **Dicionário Unesp do português contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2011.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 9ª. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade e Natureza**. [S. l.], v. 22, n. 3, p. 461-474, mar. 2011.

CORRÊA, R. L. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 127-134, jan./jun. 2016.

CORRÊA, R. L. Quem produz o espaço urbano?. In: CORRÊA, R. L, **O espaço urbano**. 4ª. ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 11-31.

ENDLICH, A. M. As pequenas cidades e as áreas de comparabilidade. **XII Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Montevideo, 3 – 7 de abril, 2009.

ENDLICH, A. M. Pequenas cidades e utopia. **XIV Coloquio Internacional de Geografia**. Barcelona, 2 – 7 de mayo, 2016.

FRESCA, T. M. UMA DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE METRÓPOLE. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 7, n. 08, p. 31–52, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP – Espaço E Tempo**. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008.

PADINHA, M. R. **EM TERRAS PRECÁRIAS QUEM TEM POUCO É CENTRO**: O Papel das Pequenas Cidades na Rede Urbana Amazônica: uma análise a partir de Cametá-PA. 2010. 221 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2010.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Metamorfose o Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6ª ed. EdUSP, 2014.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SPOSITO, M. E. B. Configurações espaciais urbanas. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

VIEIRA, A. B.; ROMA, C. M.; MIYAZAKI, V. K. Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 29, p. 135–156, 2020.

Natanael Silva Ribeiro - Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus Porto Nacional, bolsista CAPES. Especialista em Geografia física e das Populações, pela Faculdade Única (2022). Graduado em Licenciatura Plena em Geografia, pela Universidade do Estado do Pará - UEPA (2021). Membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários - NURBA.

Roberto de Souza Santos – Pós-doutorado em geografia humana pelo Instituto de Estudos Socioambientais – IESA – UFG. Doutor em Geografia pelo Instituto de Biociências, UNESP, Rio Claro - SP (2006). Mestre em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (1999). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso (1993). Membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários – NURBA. Professor de magistério superior da Universidade Federal do Tocantins.

Recebido para publicação em 01 de junho de 2023.

Aceito para publicação em 22 de junho de 2023.

Publicado em 31 de março de 2024.